



**Provas de Acesso ao Ensino Superior
Para Maiores de 23 Anos**

Candidatura de 2020

Exame de HISTÓRIA

Tempo para realização da prova: 2 horas

Tolerância: 30 minutos

Material admitido: *exclusivamente material de escrita*

NOTA PRÉVIA: Indique sempre, na folha de prova, a PARTE e o NÚMERO da questão a que está a responder.

PARTE I (Total: 5 valores)

Classifique as seguintes afirmações como verdadeiras ou falsas. Na folha de prova inscreva o número da afirmação e à frente coloque V (verdadeira) ou F (falsa).

1. O evento mais marcante do reinado de D. Fernando foi a Peste Negra de 1348, que devastou todo o reino.
2. Lamentavelmente, não existem fontes cronísticas sobre o reinado de D. João I.
3. O governo do rei português D. Duarte decorreu entre 1433 e 1438.
4. A descoberta e povoamento dos Açores enquadram-se no primeiro processo expansionista português, mas não foram condição fundamental para o controlo do retorno das rotas comerciais ultramarinas.
5. Pelo Tratado de Tordesilhas, de 1594, os reis de Portugal e Castela negociaram a divisão do mundo em duas áreas de descobrimento e conquista, partindo de um meridiano localizado a 370 léguas a oeste de Cabo Verde.
6. O estabelecimento de capitanias, no Brasil, favoreceu a exploração do interior, em busca de pedras preciosas, ouro, canela, marfim e escravos.
7. A política de monopólios, e de estabelecimento de companhias com privilégios, foi uma das principais políticas de Portugal, de finais do século XVII e ao longo de todo o século XVIII.
8. As 3 vagas de invasões francesas decorreram na sequência da tardia adesão da Coroa portuguesa ao Bloqueio Continental, decretado por Napoleão.

9. A Constituição de 1822 previa a existência de 4 poderes: o legislativo, o moderador, o executivo e o judicial.

10. Os golpes contra o Vintismo, encabeçados por D. Miguel, ficaram conhecidos como Revolta de Torres Novas, Patuleia e Setembrismo.

PARTE II (Total: 7,5 valores - 2,5 valores por cada questão).

Responda a uma das questões de cada alínea (A, B e C):

A)

1. Tendo em conta a sucessão de eventos registados em Portugal após a morte do rei D. Fernando, comente o título escolhido, por Joel Serrão, para a sua conhecida obra *O carácter social da revolução de 1383*.

2. Comente criticamente a seguinte afirmação: “A expansão marítima portuguesa dá-se, em parte, como resultado da situação estratégica do país nos séculos XIV-XV, situação cujo entendimento conta com os relevantes contributos da geografia e da economia.”

B)

1. Justifique e caracterize, sumariamente, o processo expansionista português no século XV.

2. Destaque as principais consequências sociais, económicas e culturais da expansão portuguesa.

C)

1. Justifique a eclosão da Revolução de 1820.

2. Explique as razões da participação de Portugal na I Guerra Mundial.

Parte III (Total: 7,5 valores)

Análise e comente um dos seguintes textos:

1. "A escassez cerealífera - melhor diríamos a crise económica geral -, que as inteligências da época não viam forma de evitar pelo único recurso às possibilidades internas do Reino, esteve na base da expansão africana e da colonização das Ilhas Atlântidas. (...) Assim, o povo português passou fome, pereceu, buscou nos três Impérios que os governantes lhe talharam - a Índia, o Brasil, a África - ou na emigração para o estrangeiro o remédio para a sua carência alimentar, na esperança perene de que uma mais racional exploração económica da sua terra (...) lhe permitisse ficar, tornar-se próspero e ganhar tempo para desenvolver as suas potencialidades de cultura e elevar-se ao nível dos seus compatriotas europeus."

A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 3.^a ed., Lisboa: Ed. Cosmos, 1978, p. 285.

2. “Durante mais de dois séculos [a partir da “descoberta”, pelos portugueses] a história do Brasil foi, acima de tudo, a história de um esforço desesperado para encontrar ouro. [...]. Para tal, efectuaram tentativa após tentativa, seguiram toda a casta de pistas, sofreram sacrifícios inacreditáveis para efectivar a penetração da selva, das montanhas e dos rios [...]. Pode assim dizer-se que foi o ouro quem criou as fronteiras do Brasil, embora a estrutura da sociedade e da economia brasileira fossem nascer, antes, do açúcar [...]. [Mas] o surto do Brasil no fim do século XVI e no século XVII denota-se perfeitamente pelo acréscimo populacional [...] [numa] estreitíssima franja de território costeiro que fora efectivamente conquistado [...]. Escravatura e plantações de açúcar tinham-se [ali] por inseparáveis. Na verdade, a grande cultura do Brasil dos séculos XVI e XVII, aquela que promoveu a colonização e a ocupação do solo, atraindo colonos de variadas partes, foi a cana-de-açúcar [...]. [Mas] conquanto o açúcar estivesse, e de longe, à cabeça da economia do Brasil, muitas outras produções traziam receita importante [...]. Em suma, o Brasil convertera-se numa grande colónia de povoamento, com um futuro fantástico tanto para a colonização, como para o comércio [...]. Culturas como o açúcar [e outras] [...] favoreciam o surto do latifúndio e o crescimento de uma classe de ricos proprietários e plantadores [...]. As sesmarias, à boa maneira portuguesa, que os ‘capitães’ concediam a um colono, converteram-se em vastas plantações [...]. Do ponto de vista administrativo, uma modificação importante ocorrera no final da década de 1540: o estabelecimento de um governo geral para todo o Brasil [...]. O governador-geral devia [...] visitar as capitánias [...], promover a exploração do país, interferir em assuntos económicos [...].”

A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal. II: do Renascimento às Revoluções Liberais*, 9.^a edição, Lisboa, Palas Editores, 1983, pp. 231-232, 237, 244-248 (adaptado).

3. “A artificialidade do sistema era a sua falha mais séria. A centralização do poder em Lisboa, no Governo (...), cri[ou] uma fenda entre o povo e o pequeno círculo de dirigentes. A manipulação das eleições pelo governo era uma prática comum. O caciquismo floresceu (...).

Quanto mais este sistema de governo e de política ia ficando desacreditado, mais a Monarquia sofria com isso, porque a pessoa do monarca e a instituição monárquica estavam intimamente associados ao ‘sistema’. (...) Depois de 1890, a crise política piorou e as questões internacionais, coloniais e pessoais vieram enfraquecer ainda mais o sistema e a Monarquia.

As dificuldades financeiras de Portugal estavam, ao mesmo tempo, separadas e faziam parte da crise política. (...) Em 1890, Portugal tinha uma dívida externa de quase cento e quarenta milhões de libras.”

Douglas L. Wheeler, *História Política de Portugal, 1910-1926*, 2.^a edição, Lisboa: Publicações Europa-América, 2010, pp. 46-47 (adaptado).

GRELHA DE COTAÇÃO DA PROVA

QUESTÕES	COTAÇÃO (valores)
PARTE I	
1.	0,5
2.	0,5
3.	0,5
4.	0,5
5.	0,5
6.	0,5
7.	0,5
8.	0,5
9.	0,5
10.	0,5
TOTAL DA PARTE I	5
PARTE II (1 opção por alínea)	
A)	
1.	2,5
2.	2,5
B)	
1.	2,5
2.	2,5
C)	
1.	2,5
2.	2,5
TOTAL DA PARTE II	7,5
PARTE III (opção)	
1.	7,5
2.	7,5
3.	7,5
TOTAL DA PARTE III	7,5
TOTAL DA PROVA	20